

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.707 - SC (2019/0198194-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : AUTO POSTO G T EIRELI
ADVOGADO : DANIELI TRENTA GONSALES - SC023868
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA TESE. SÚMULA 282/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 31):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FACULDADE DO JULGADOR.

1. A reunião de execuções fiscais, com fundamento no artigo 28 da Lei nº 6.830/80, constitui faculdade do magistrado.
2. Não demonstrado tumulto ou prejuízo às partes, deve ser mantida a reunião.

O recorrente alega violação do artigo 28 da Lei 6.830/80, ao argumento de que o requerimento das partes para reunião dos autos é requisito a ser observado.

Contrarrazões às fls. 62-66.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 69.

É o relatório. Passo a decidir.

No que diz respeito à tese vinculada ao art. 28 da LEF, de que “*para que o juiz promova a reunião das ações executivas fiscais, é requisito o requerimento das partes*” (fl. 48), verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que não foram opostos embargos de declaração na origem buscando sanar eventual vício relativo à aplicação dos aludidos dispositivos legais.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator